



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades.
Sub-eixo: Ênfase em Gênero.

TEORIA CRÍTICA E FEMINISMO: UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE GÊNERO E DA CATEGORIA RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO

Larissa Souza Pinheiro¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo central discutir o conceito de gênero e da categoria relações sócias de sexo à luz da teoria crítica marxista. Para isso, será analisada a influência da ideologia pós-moderna nos chamados estudos de gênero e seus desdobramentos na produção acadêmica e para a prática política feminista.

Palavras-chave: Marxismo; Feminismo materialista; Relações sociais de sexo; Teoria crítica.

Abstract: The main objective of this work is to discuss the concept of gender and the category of social relations of sex in the light of critical Marxist theory. This will analyze the influence of postmodern ideology on the so-called gender studies and their ramifications in academic production and feminist political practice.

Keywords: Marxism; Materialistic feminism; Social sex relationships; Critical theory.

1.Introdução

As grandes mudanças ocorridas no plano econômico, político e cultural que aconteceram nas últimas décadas do século XX, que tem como marcos a revolução cultural de 1968, a crise do capital que se inicia na década de 1970 e o fim do socialismo real com a queda do muro de Berlim em 1989, marcam o chão histórico em que a ideologia pós-moderna surge como resposta burguesa ao seu momento de crise, ao mesmo tempo que ganha espaço na esquerda que também vive uma crise de projeto societário.

Com isso, assistimos nesse últimos anos a ideologia pós-moderna ganhando cada vez mais força dentro da produção de conhecimento e dentro da prática política dos movimentos sociais e nas mais diversas formas organizativas da classe trabalhadora. Onde a política classista vai paulatinamente sendo substituída por uma política identitária, que nega os macroprojetos, a história, a luta de classes.

Como exemplo disso, temos as lutas feministas, antirracistas e pela diversidade sexual que, apesar de ganharem alguma visibilidade nos últimos anos, tem se esvaziado de sentido histórico e revolucionário, cada vez mais aliadas a práticas liberais e a

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: <larissa_2607@hotmail.com>.

produção de conhecimento fundada em teorias pós-modernas.

Acreditamos que a teoria precisa estar alinhada a uma prática política revolucionária; sendo assim, é preciso construirmos categorias de análise que somem para as lutas da classe trabalhadora, lembrando sempre que essa classe não é homogênea, tem sexo, raça e sexualidade.

Sendo assim, pretendemos debater nesse trabalho o conceito de gênero e a categoria Relações Sociais de Sexo levando em consideração as incidências pós-modernas sobre os chamados estudos de gênero e a construção do conhecimento que tenha um lado na luta de classes e que não se esvazie de sentido político e histórico.

Para isso nos utilizaremos da produção do feminismo francófono que trata as relações sociais de sexo, raça e classe de forma consubstancial e coextensiva com centralidade na divisão sexual do trabalho e com base material, faremos isso a partir do método materialista histórico dialético de Marx para apreensão da realidade nos seus antagonismos, contradições e mediações.

2. A teoria crítica no centro do debate

Vivemos em tempos de crise estrutural do capital e de um avanço mundial do conservadorismo que vem tolhendo de forma cruel e desenfreada os direitos da classe trabalhadora, dificultando sua sobrevivência e a possibilidade de sonhar com outro mundo. Para nós, que seguimos acreditando na construção desse novo mundo, de homens e mulheres emancipadas, e que ocupamos academia, mas sem abandonar as lutas políticas nas ruas, apresenta-se um desafio e o compromisso de produzir teoricamente algo que acumule para as lutas da classe trabalhadora.

Produzir no campo da teoria crítica, que traga novas possibilidades e que fuja do fatalismo paralisante e do idealismo descolado da realidade concreta, faz-se uma tarefa indispensável para alargar os horizontes do possível e para construir conhecimento que seja aliado à prática política revolucionária.

A neutralidade e a utilização de uma razão instrumental, voltada para justificar e dar legitimidade teórica as desigualdades presentes na realidade, é utilizada, segundo Coutinho (2010), pela burguesia de forma retrógrada e conservadora para permanecer como classe dominante.

Ao tornar-se uma classe conservadora, interessada na perpetuação e na justificação teórica do existente, a burguesia estreita cada vez mais a margem para uma apreensão objetiva e global da realidade; a razão é encarada com um ceticismo cada vez maior ou renegada como instrumento do conhecimento ou limitada a esferas progressivamente menores ou menos significativas da realidade (COUTINHO, 2010, p.22).

É preciso ter um lado na luta de classes, não acreditamos na neutralidade da

ciência, bem como afirmamos que a realidade é multifacetada, com fraturas e contradições, que são determinadas por expressões das relações sociais de sexo, classe e raça, sendo assim, a produção de conhecimento não está isolada dessa realidade material e é assim, também, um fazer materialmente político.

Por isso, faz-se necessária uma crítica profunda às teorias de cunho pós-modernas que negam a materialidade das relações sociais e que afirmam o fim da história, o fim do trabalho, sendo assim, o fim da possibilidade da construção de uma outra sociedade onde homens e mulheres sejam emancipadas.

Para entendermos o pensamento pós-moderno, é importante demarcarmos ao que ele se opõe e com que proposta ele surge. Segundo Harvey (1992), o conceito de modernidade, ao qual a pós-modernidade se opõe, surge, no aspecto ideológico, pela ruptura com a dominação do sagrado na cultura ocidental, fazendo emergir a nova ciência ou a razão moderna. Em suas palavras (1992, p.23), a modernidade traz em seu discurso ideológico:

O domínio científico da natureza que prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas.

A teoria marxiana é uma representação dessa razão moderna e está no centro dos argumentos que defendem a superação da modernidade, pois, por trazer uma visão de totalidade, com centralidade no trabalho, passa a ser questionada após as transformações sofridas com a reestruturação produtiva. Pela própria maneira que ela vai fragmentar o trabalho e a vida social, gerando, assim, os argumentos utilizados para justificar a ideia de que vivemos em uma sociedade pós-industrial.

As análises pós-modernas partem das premissas da negação do conhecimento totalizante, da razão moderna, são anti-história, anti-método, anti-ontológicas, pois para elas a realidade seria complexa de tal maneira que não daria para explicá-la racionalmente. Suas análises são bastante individualizadas, e a partir disso os fatos passariam a ser explicados por valores, gostos e convicções pessoais. Nas palavras de Cantalice (p. 62), a pós modernidade se apresenta:

como uma expressão das alterações objetivas operadas no modo de produção capitalista no atual contexto. Configura-se como um produto da generalização da forma mercadoria no capitalismo tardio, que mediante o intenso processo de mercantilização da cultura, articulado a outros mecanismos, busca "superar" o problema da superacumulação, demarcando que o estatuto pós-moderno possui claramente um fundamento econômico. Espelha-se como extremamente funcional à reprodução social do capital, uma vez que suas bases contribuem para a incredibilidade da perspectiva crítico-analítica do real, para o obscurecimento das relações de dominação e de alienação próprias da

economia burguesa, para dissimulação das contradições entre as classes, para pulverização das lutas sociais e para fragilidade no processo de construção de um projeto coletivo contra a hegemonia capitalista (...) Dessa forma, corroborando com o pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, pelo menos, até os seus limites sócio históricos.

As análises pós-modernas invadiram todos os campos da realidade social, incidindo de forma peculiar sobre as chamadas “identidades”, como gênero, por exemplo. Assim, é cada vez mais comum o argumento que o pensamento marxista não deu conta de analisar essas ditas identidades e que essa “nova ciência” proposta pela pós-modernidade o dará. Foi assim, que os estudos de gênero passaram a não se vincular, cada vez mais, as lutas de classes e que análises de viés desconstrutivistas, superficiais e liberais, baseadas na estrutura do pensamento pós-moderno, já mencionado aqui, ganham força e praticamente hegemonomizam o campo dos estudos de gênero hoje.

Não concordamos que seja possível analisar a opressão sofrida pelas mulheres sem que se analise classe e raça, como fazem as perspectivas pós-modernas da categoria gênero, também, não achamos ser possível entender as mediações e o processo exploração do mundo do trabalho sem se falar das relações sociais de sexo e de raça. Pois entendemos que a desvalorização e apropriação do trabalho tem relação direta com essas categorias, além de entendermos a divisão sexual do trabalho como fundamental para a manutenção e reprodução do sistema capitalista. Falquet, (2012, p.170) nos fala sobre isso,

[...] Em termos de classe e das relações de exploração, o “trabalho desvalorizado” ou “trabalho considerado feminino”, tipo de trabalho proletário que não teria atingido o estágio de desenvolvimento completo, permite fazer uma relação entre sexo e classe por um lado, entre “raça” e classe por outro. Na verdade, este trabalho desvalorizado obriga que a mão de obra desfavorecida se deixe apropriar precisamente para completar o salário muito baixo obtido por meio da exploração. É em torno desse trabalho desvalorizado que se desenvolve a rearticulação neoliberal das relações sociais, no que eu proponho a chamar de uma lógica de vasos comunicantes.

A partir do apontado por Falquet, é possível concluir que o processo de exploração e apropriação proporcionadas pelas relações sociais de sexo e de raça permitem ao sistema capitalista impor as piores condições de trabalho, os piores salários e o maior nível de precarização aos seres humanos que possuem essas “marcas” de inferioridade, ou seja, a mulher negra vai estar na base da pirâmide da desigualdade que o sistema capitalista-racista-patriarcal impõe. Sobre o entendimento que as relações sociais de sexo não podem ser vistas de forma isolada ou individualizada, Cisne (2014, p. 147) nos diz,

A categoria relações sociais (*rappports*) de sexo nos ajuda a compreender que

as relações de sexo não são questões isoladas ou meramente individualizadas entre homens e mulheres, mas relações sociais estruturantes, consubstanciadas com os conflitos de classe e “raça”/etnia. Como relações estruturantes, as respostas para alterá-las somente podem ser coletivas, posto que as mudanças nas relações individuais/pessoais, a despeito de sua importância, não alteram em nível estrutural as relações sociais. Tal fato exige a organização de sujeitos políticos coletivos, capazes de dar respostas que incidam em transformações nas relações materiais e ideológicas que organizam a produção e reprodução da vida social.

Sendo assim, entendemos que, além de analisarmos as relações sociais de sexo de forma enovelada, consubstancial com classe e raça/etnia, faz-se necessário à construção de uma prática política feminista e antirracista que vise à transformação social acabando com todas as formas de opressão, avançando para a construção de uma sociedade de mulheres e homens emancipadas (os).

Nessa perspectiva, fazer uma análise feminista baseada no método materialista histórico dialético de Marx nos aparece como uma necessidade tanto para apreensão do real, quanto como forma de combater o avanço das análises pós modernas da realidade, pois partimos do entendimento que a compreensão da realidade está em entender de forma histórica e crítica as relações sociais em seus antagonismos, contradições e correlação de forças. Para nós, o método de Marx traz a possibilidade de construirmos uma unidade entre fazer teórico e a prática política, pois ele, além de ter como objetivo conhecer a totalidade da sociedade de classes e suas contradições, o método também busca superá-la.

O método de análise da realidade de Marx é pautado na concepção dialética, materialista e histórica. Ele se apropria da dialética de Hegel, porém a radicalizando, fazendo do próprio movimento da afirmação pela negação à superação do Idealismo Hegeliano. A crítica de Marx a Hegel se fundamenta a partir da análise da realidade concreta: “em Hegel a dialética está de cabeça para baixo”, e que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2004, p.50). Para Marx, a consciência se dá pela compreensão do movimento real do objeto, ou seja, a consciência só existe enquanto resposta a uma situação social universal e concreta. Assim:

A produção de ideias, de representações e da consciência está, no princípio, diretamente vinculada à atividade material e o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio espiritual entre os homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material (MARX, 2004, p.50).

Compreender a dinâmica da realidade, para Marx, implica transgredir a mera aparência em que se mostra o objeto, e avançar no conjunto de determinações e de relações constituintes com as quais interage, sendo que, este processo somente se estabelece com a análise das condições materiais em que os homens e mulheres vivem. É nessa característica do seu pensamento que se encontra a dimensão da totalidade,

uma categoria que compreende não a soma das partes de um todo, mas sim o modo pelo qual as partes se articulam nas suas relações e processualidade.

É com base na perspectiva da totalidade e fazendo crítica à incidência pós-moderna nos estudos de gênero que faremos a discussão entre a categoria gênero e relações sociais de sexo que, baseada numa perspectiva marxista e materialista, analisa a realidade não de forma isolada, mas na sua relação com as determinações que formam relações sociais mais amplas, nas suas contradições, mediações, possibilidades e expressões na concretude da vida.

2.1 Relações sociais de sexo x gênero

O conceito gênero surge numa tentativa de ampliar o debate sobre a opressão sofrida pela mulher, aliando profundidade analítica, a prática política feminista. Após a conceituação de Gayle Rubin, em 1975, em “O tráfico das mulheres: Notas sobre a Economia Política de Sexo”, o conceito até então, pouco utilizado², passa a ser amplamente difundido. Segundo Rubin (1975), o sistema sexo/ gênero é um conjunto de arranjos por meio dos quais a matéria-prima biológica do sexo humano e da procriação é modelada pela intervenção social humana.

Segundo Cisne (2014), Rubin estabelece, assim, uma dicotomia na relação entre sexo/gênero. Gênero seria a construção social do sexo, e o sexo seria o que é determinado naturalmente. Desse modo, constrói-se um trânsito entre natureza e cultura, no qual a natureza fornece os dados e estes mostrariam que a diferença é, sobretudo, cultural.

Várias autoras fizeram críticas a essa dualidade criada entre sexo/gênero por Rubin, entre elas, Saffioti (2002, p.21), fez críticas a essa dicotomia e naturalização:

O conceito de gênero consegue dar plena conta do caráter social inclusive do próprio sexo. Enquanto ao trabalhar-se com gênero já se tem nítido o caráter fundamentalmente social que lhe é imanente, ao empregarmos a categoria sexo nos fadamos a sempre sobrenomeá-lo com o termo social. Dessa forma, ao se falar de gênero, estamos nos referindo necessariamente a relações sociais.

Na década de 1990, surgem várias abordagens diferentes do conceito de gênero, principalmente de viés desconstrutivistas, que não por acaso também tem relação direta com as teorias pós-modernas. Segundo Piscitelli (2011, p.31), essas

² “O conceito gênero foi aplicado à diferença sexual pela primeira vez em linhas de pesquisa desenvolvidas por psicólogos estadunidenses. O termo identidade de gênero foi introduzido pelo psicanalista Robert Stoller em 1963, no Congresso Psicanalítico de Estocolmo. Stoller formulava o conceito da seguinte maneira: o sexo estava relacionado com a biologia (hormônios, genes, sistema nervoso, morfologia) e o gênero com a cultura (psicologia, sociologia). O produto do trabalho da cultura sobre a biologia era a pessoa ‘acabada’ gendered, homem ou mulher. HARAWAY, (apud PISCITELLI, 2002, p.17).

abordagens trouxeram alguns riscos para a unidade entre teoria e prática política:

[...] a desconstrução – que pode desconstruir *ad infinitum* – ao não oferecer alternativas ‘positivas’, dificultaria acionar um movimento. Além de dissolver o sujeito político ‘mulheres’, as perspectivas desconstrutivistas também são acusadas de restabelecerem distâncias entre a reflexão teórica e o movimento político. [...] Na atualidade, dizem, as perspectivas teóricas lhes resultam ‘pouco úteis’, inacessíveis, esotéricas, de difícil compreensão, excessivamente destacadas da prática e conduzindo a uma paralisia.

Aqui no Brasil, a utilização do conceito gênero passa a ser amplamente difundida após a tradução do texto de Joan Scott “Gênero: Uma categoria útil para análise histórica”, realizada por Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila, em 1991 (CISNE, 2014b). Para Scott, autora amplamente utilizada como base teórica no país, o conceito de gênero não necessita de uma articulação com as categorias “classe e raça/etnia”, sendo, para ela, essencial para a compreensão da categoria gênero a dissociação entre elas. Nas palavras da autora,

A ladainha “classe, raça e gênero” sugere uma paridade entre os três termos que na realidade não existe. Enquanto a categoria de “classe” está baseada na teoria complexa de Marx (e seus desenvolvimentos posteriores) da determinação econômica e da mudança histórica, as de “raça” e de “gênero” não veiculam tais associações (SCOTT, 1991, p.4).

Discordamos dessas perspectivas de análise teórica, pois acreditamos na construção de uma teoria aliada à prática política que contribua diretamente para o alcance de uma nova sociedade de mulheres e homens emancipadas (os). Para isso, entendemos que as análises sobre as categorias relações sociais de sexo, raça/etnia e classe precisam ser feitas de forma enovelada, como defende Saffioti (2004, p. 125):

O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enoveladas ou enlaçadas em um nó. [...] Não que cada uma destas condições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, a fim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novelo patriarcado-racismo-capitalismo – historicamente constituída.

Além dessa não articulação entre as categorias raça/etnia e classe que se tornou frequente nos estudos de gênero e que o tem tornado cada vez menos politizado, concordamos aqui com as críticas construídas por Cisne (2014a, p. 141-142), baseadas no pensamento de Devreux (2005):

Além de polissêmico³, mais palatável, ou pretensamente neutro e de não

³ Polissêmico é uma palavra ou expressão que possui mais de um significado, no caso da palavra gênero, pode-se referir tanto as diferenças entre homens e mulheres, quanto a classificação de espécies na biologia, tipos diferentes de produção literária, na literatura ou a classificação gramatical de substantivos, na gramática.

nomear explicitamente os sujeitos das relações sociais de sexo, o conceito de gênero tem “baixo nível de compreensão” fora dos contextos do que se convencionou chamar de “feminismo acadêmico” [...] para nós, o conceito de gênero dificulta a aproximação com quem deve ser o sujeito prioritário do feminismo: as mulheres trabalhadoras.

Além de polissêmico, do número cada vez maior e mais expressivo de abordagens pós-modernas e culturalistas que não fazem a articulação com classe e raça/etnia, outra característica que nos tem chamado atenção, ao que diz respeito ao conceito de gênero, é a “ocultação do sujeito político mulher” (CISNE, 2014, p. 134) e o apagamento frequente de uma relação antagônica, onde não se é mais possível identificar quem são opressores e oprimidos. Por vezes, essa ocultação e apagamento tornaram o conceito de gênero muito mais aceita nos meios acadêmicos e nos organismos de financiamento multilaterais, que lidam muito melhor com a neutralidade apresentada pelo termo “gênero” do que ao próprio termo “feminismo”, por exemplo.

Diante disso, defendemos a escolha teórico-política de trabalhar com a categoria relações sociais de sexo e não com o conceito de gênero. Quando falamos em escolha teórico-política, reafirmamos a nossa preocupação em construir uma teoria aliada à prática política feminista, que seja comprometida com a transformação social. A partir do exposto, concordamos com Cisne (2014, p. 142), que nos diz sobre a dificuldade de aproximação da categoria gênero das principais sujeitas do feminismo, as mulheres da classe trabalhadora. Nas palavras da autora,

O conceito de gênero dificulta a aproximação com quem deve ser o sujeito prioritário do feminismo: as mulheres trabalhadoras. Bem mais fácil e direta torna-se a compreensão por parte dessas mulheres quando falamos em opressão/exploração das mulheres ou desigualdade entre os sexos, enfim, quando qualificamos, nomeamos e identificamos os sujeitos das “relações sociais de sexo”, diferentemente de quando nos referimos à opressão de gênero que, para alcançar o entendimento, primeiro, há de se explicar o próprio conceito de gênero, já que ele não é autoexplicativo, não somente pelo academicismo que o funda, mas, também, pela sua polissemia.

Para entendermos melhor essa categoria, voltaremos a sua origem e significado. A categoria relações sociais de sexo, tem sua base de origem na escola feminista francesa, e na língua original é chamada de *rappports sociaux de sexe* e não de *relations sociales de sexe*. “*Rappports*” e “*relations*” tem uma mesma tradução em português: relações, porém os sentidos atribuídos a essas duas palavras no francês é diferente, e importante para entendermos do que essa categoria trata, nos utilizaremos da explicação de Cisne (2014b, p. 136) para compreensão dessa diferença:

Rapport designa relações mais amplas, estruturais, enquanto *relations* diz respeito às relações mais pessoais, individuais, cotidianas. O conceito de *rappports sociaux de sexe* é diretamente fundamentado no de relações sociais de classe. Uma relação [*rapport*] social está vinculada aos conflitos e tensões entre os grupos sociais com interesses antagônicos. Portanto, atravessa todo o tecido do campo social e dos fenômenos daí decorrentes.

Assim, podemos entender que as relações [*rappports*] sociais de sexo tratam de dimensões macroestruturais, relacionada com todo tecido do campo social e que deixa explícita a relação antagônica existente entre dois grupos sociais de sexo. Surgida no início dos 1980, tendo uma conexão direta com os estudos sobre a divisão sexual do trabalho, que segundo Cisne (2014b), Kergoat (2010) e Devreux (2011) garante o não esquecimento da centralidade do trabalho para os estudos feministas.

Devreux (2005, p.565) também nos fala sobre a utilização da categoria relações sociais de sexo no singular, que para ela é “[...] uma representação científica que traduz a unicidade da lógica da organização do social que constitui essa dominação das mulheres pelos homens e a irredutibilidade dessa dominação a outra relação social”.

É importante destacar que, apesar da categoria relações sociais de sexo compreender a importância da estrutura de classes sociais, ela não se encerra dentro dessa estrutura, pois a relação de antagonismo entre homens e mulheres, onde existe uma relação de dominação do homem sobre a mulher, pode permanecer para além do sistema capitalista, bem como, é uma estrutura que se organizou antes dele (CISNE, 2014a).

Com base em um aprofundamento teórico e de uma constante formulação sobre as relações sociais de sexo, Devreux (2005) propõe uma decomposição, para fins analíticos, da categoria em três tipos de atividades formais, a divisão sexual do trabalho, a divisão sexual do poder e a categorização do sexo.

A divisão sexual do trabalho é anterior ao próprio capitalismo, mas é totalmente utilizada por ele, tanto para garantir maiores lucros, por intermédio do barateamento da força de trabalho via exploração do trabalho da mulher de forma não remunerada ou precarizada, quanto para manter o seu funcionamento e organização. Essa divisão começa dentro da própria família, que funciona tanto como uma unidade econômica para o capital, mesmo perdendo seu caráter produtivo com a industrialização, quanto como um lugar de exploração e perpetuação da dominação do homem sobre a mulher.

A família patriarcal também realiza o papel ideológico de legitimar o sistema capitalista nas suas estruturas e funcionamento, além de cumprir, junto a outras instituições como Igreja e Estado, a função de reprodução de valores conservadores como a normatização da sociedade de classes, a reprodução do sexismo, do racismo, do heterossexismo e da monogamia compulsória. Perpetuando dentro da sua estrutura violências e desigualdades (CISNE, 2014).

A divisão sexual do trabalho, apesar de se iniciar dentro da estrutura familiar, onde a mulher é responsabilizada pela satisfação das necessidades dos membros da

família, não se encerra dentro dela. Nas palavras de Devreux (2005, p. 567 – 568), a divisão sexual do trabalho:

[...] é uma divisão social: a organização social do compartilhamento do trabalho (e, portanto, também, do emprego) entre os dois grupos de sexo. Essa divisão sexual do trabalho atravessa toda a sociedade e articula os campos do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo. Não os separa: ela os articula excluindo ou integrando, segundo os momentos e as necessidades dos dominantes, as mulheres à esfera produtiva, devolvendo-as global ou parcialmente à esfera reprodutiva.

A divisão sexual do trabalho vai caracterizar a opressão de nós mulheres dentro do sistema capitalista, pois, essa faz com que as mulheres sejam não vendedoras da sua força de trabalho, pois a sua força de trabalho na verdade não lhe pertence, pertence a outros, pertence aos homens. Seja de forma individual, materializada no contrato do casamento, seja de forma coletiva, pois, de uma forma geral e naturalizada, as mulheres são responsáveis, sem nenhum pagamento e sem nenhum limite de tempo, pelas tarefas de cuidados com os membros inválidos por doença ou idade da família e pelos homens válidos também.

A divisão sexual do poder diz respeito ao menor poder de decisão e participação das mulheres em diferentes espaços e instituições sociais, sendo ela transversal a divisão sexual do trabalho e se reproduzindo de forma material e simbólica. A categorização é o terceiro modo de ação das relações sociais de sexo e se realiza também de forma transversal com a divisão sexual do trabalho e com a divisão sexual do poder. Ela diz respeito a fixar como verdades sociais a partir da categorização sexual primeira entre homens e mulheres, definindo por meio de uma relação de subalternidade da mulher frente ao homem, o que são coisas de homem, e o que não são como o feminino.

Essas três ações juntas de forma não hierarquizada, mas de forma transversal, formam as relações sociais de sexo, manifestando-se em todo o campo das relações sociais, para além do próprio modo de produção capitalista, onde dependendo da perspectiva analisada uma dessas três ações podem aparecer de forma mais evidente que a outra, porém não se manifestarão de forma isolada.

3. Considerações Finais

Para nós, como já afirmamos no desenvolvimento desse trabalho, a luta feminista tem que ser construída de forma alinhada à luta da classe trabalhadora, pois acreditamos que ela não é de interesse só das mulheres, mas é imprescindível para a construção de uma sociedade de seres humanos emancipados, de modo que concordamos com Saffioti (1979, p. 73-74) quando ela afirma que a reificação da mulher está associada à do homem, “pois quem se satisfaz com um objeto, quem não tem

necessidade de entrar em relação com outro ser humano, perdeu toda sua humanidade”.

Por nos identificarmos com o feminismo socialista\classista, o nosso feminismo parte de uma base material, contudo, quando falamos de materialismo, não estamos excluindo ou mesmo negando a importância da subjetividade. Nas palavras de Cisne (2013, p. 173), trata-se:

[...] de entender que qualquer fenômeno subjetivo guarda uma relação com uma determinação concreta. Ele não nasce de um processo natural, ainda que possa ser inconsciente, no sentido psicanalítico do termo. Mais do que isso, nada que se trate de relações humanas e sociais possui neutralidade ou nasce de forma isolada no interior de um indivíduo, ainda que a vinculação do mundo interior desse indivíduo com o mundo exterior seja construída por “fios invisíveis”, contudo, existentes.

Ainda concordando com Cisne (2013, p. 173), quando partimos de uma base material, nós queremos:

Ao contrário de negar a importância da dimensão subjetiva, queremos demonstrar como o feminismo enriqueceu o marxismo com o estudo das relações sociais de sexo sobretudo, por meio dos estudos dos “sistemas de representação”. Para nós, esse enriquecimento se deu pelo desvelar dos sistemas de dominação ideológica que devem ser percebidos como tão importantes quanto as práticas da divisão do trabalho e do poder, tão importantes quanto a dimensão material na dominação dos homens sobre as mulheres. Trata-se, em síntese, de perceber como as relações materiais e ideológicas se entrelaçam e são permeadas por conflitos e disputas.

Sendo assim, não temos a intenção de negar a subjetividade e a sua importância, como nos acusam as análises pós-modernas, mas queremos aliar a luta feminista à luta de classes através do marxismo, tentando entender para além dos motivos subjetivos que levam a relação de exploração e opressão dos homens sobre as mulheres, pois para nós, existe uma base material antes, que determina essa relação.

A luta das mulheres, para Delphy (2009, p. 173): “[...] é a condição necessária à inclusão de novos domínios de experiências na análise marxista, reciprocamente a análise materialista de todos os lugares de sua opressão é um dos processos dessa luta, e um processo indispensável”. A autora ainda nos alerta que um domínio de luta das mulheres fora da luta de classe é um domínio fora do alcance do materialismo. Por isso, deve ser analisado no leito dos antagonismos reais que, por sua vez, devem tomar a forma “de um confronto conscientemente político”.

Sendo assim, afirmamos que o nosso feminismo é um feminismo aliado à luta revolucionária de toda a classe trabalhadora e que parte da tradição marxista\material para analisar a realidade e formular a sua prática política. Para nós, essa é uma escolha importante, pois diz respeito não só à uma escolha teórica, mas a uma proximidade entre teoria e prática revolucionária. Acreditamos que existe uma relação dialética entre as duas e que essa relação é o que garante o não afastamento das teóricas das ruas, e o não isolamento nas ruas das militantes feministas, criando

assim uma práxis feminista revolucionária.

Por fim, afirmamos nos alinhar política e teoricamente com esse feminismo por concordar com Delphy (2009, p.175) que “o feminismo materialista é, portanto, um passo intelectual cujo advento é crucial para os movimentos sociais, para a luta feminista, e para o conhecimento” e que por isso ele não pode deixar de lado nenhum aspecto da realidade, assim, como para ele, a teoria e a prática revolucionária seguem juntas em uma unidade dialética. Essa unidade é indispensável para o fim do sistema patriarcal-racista-capitalista e para a construção de uma sociedade de seres humanos emancipados.

Referências

CANTALICE, L. B. de O. **As incidências pós-modernas na produção do conhecimento em Serviço Social**. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: PPGSS/UERJ, 2013

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1ªed. São Paulo: Outras expressões, 2012.

_____. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. 1º ed. São Paulo, 2014.

COUTINHO, C.N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão popular, 2010.

DELPHY, C. **L'ennemi Principal. Économie Politique du Patriarcat**. V.1 Paris: Éditions Syllepse, 2009.

DEVREUX, A.M. **A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina**. Cadernos de Crítica Feminista, n. 4, ano V, p. 6-28, dez. 2011.

FALQUET, Jules. **Três questões aos movimentos sociais “progressistas”**: contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais. Acesso em www.nead.org.br.

GUILLAUMIN, C. **Prática do poder e Idea de natureza**. In: FERREIRA, V; ÁVILA, M.B; ABREU, M; e FALQUET, J. (orgs.). Recife: SOS Corpo, 2014.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

KERGOAT, D. **Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K; ENGELS, F. **Teses contra Feurbach** (1845) (VI Tese). *In*: MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. 3ª. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985 (Os pensadores).

_____. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991.